

Requerimento de serviços de execução de auxílio não-assistencial
Application for Nonassistance Support Enforcement Services

INSTRUÇÕES

Leia atentamente este formulário. **Preencha este formulário e devolva-o** à Divisão de Auxílio-família (DCS) no endereço listado na página 4. Exceto sua assinatura, escreva suas respostas em letra de forma, usando apenas tinta azul ou preta.

Informações pessoais

NOME (NOME, SOBRENOME)

TELEFONE
()

NÚMERO DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL

ENDEREÇO

CIDADE

ESTADO

CÓDIGO POSTAL

Informações sobre o pai/mãe que não detém a custódia

NOME (NOME, SOBRENOME)

Pagamentos

Compreendo que a DCS pode me enviar os pagamentos de auxílio por meio de transferência eletrônica de fundos (EFT), depositando os pagamentos diretamente em minha conta corrente ou poupança. Eu autorizei o depósito direto preenchendo as informações da conta bancária a seguir (inclua uma folha de cheque anulada).

Nome do banco

Número do banco

Conta corrente

Poupança

Número da conta

Caso eu não autorize o depósito direto, a DCS automaticamente me enviará um cartão de débito Visa chamado cartão de débito DCS. Se a DCS me inscrever no programa cartão de débito DCS, ela depositará meus pagamentos de auxílio no cartão em vez de depositá-los em minha conta bancária. Na maioria dos casos, os pagamentos de auxílio estarão disponíveis em minha conta bancária ou em meu cartão de débito DCS no prazo de três dias úteis depois de a DCS atribuí-los a meu caso. O cartão de débito DCS pode ser usado em qualquer lugar no qual a bandeira VISA é aceita ou em caixas automáticos. Para obter mais informações sobre pagamentos eletrônicos ou conhecer minhas outras opções de recebimento de pagamentos ligando para 800-468-7422 ou online, em www.dshs.wa.gov/dcs.

Declaração

Declaro que eu:

1. Não estou recebendo nem solicitando serviços de execução de auxílio de outro estado ou autoridade.
2. Tenho a custódia física da(s) criança(s) para as quais estou buscando o auxílio atual ou tinha a custódia física da(s) criança(s) na ocasião em que ocorreu a dívida do auxílio.
3. Não retirei indevidamente, do responsável pela custódia, a guarda física da(s) criança(s).
4. Não estou recebendo fundos de assistência pública para a(s) criança(s).

Declaro, sujeitando-me a pena de perjúrio sob as leis do estado de Washington, que as informações acima são verdadeiras e estão corretas.

ASSINATURA

LOCAL

DATA

_____ Autorizo voluntariamente a Divisão de Auxílio-família (DCS) a reter até 10% dos pagamentos de meu auxílio atual e Iniciais de todos pagamentos de auxílio vencidos para devolver o auxílio recebido em qualquer uma das circunstâncias a seguir. A DCS descontará esses valores até que eu pague totalmente a dívida nos casos em que eu:

1. Receber um pagamento a maior.
2. Receber um pagamento incorretamente.
3. Receber um pagamento como consequência de um cheque com insuficiência de fundos.
4. Manter um pagamento de auxílio que não tenho o direito de receber.

Quero que a DCS forneça serviços de execução de auxílio-família para mim e para minha(s) criança(s). Quero que a DCS aceite e endosse todos os pagamentos de auxílio-família (cheques, ordens de pagamento, transferência eletrônica de fundos etc.) coletadas para mim.

Caso eu atualmente receba pagamentos de auxílio-família por meio de uma corte estadual ou tribal ou de uma agência tribal de execução de auxílio-família, quero que a corte ou agência envie todos os pagamentos para a DCS.

Li e entendi o formulário de **Informações sobre execução de auxílio não-assistencial** que recebi com este requerimento.

Compreendo que:

1. A DCS cobra de mim uma taxa anual de US\$ 25,00 se eu nunca tiver recebido assistência temporária para famílias necessitadas (TANF), TANF Tribal nem ajuda a famílias com crianças que precisem de apoio financeiro (AFDC) para crianças de minha família. A DCS recolherá essa taxa (entre 1º de outubro e 30 de setembro) do auxílio-família arrecadado depois que a DCS tiver, em um ano fiscal, desembolsado US\$ 500,00 em pagamentos de auxílio-família para mim, referentes a um caso. Se eu tiver mais de um caso, pode ser cobrada uma taxa para cada caso em que tiverem sido desembolsados US\$ 500,00 para mim. **Se eu tiver recebido TANF, TANF Tribal ou AFDC de outro estado, deverei fornecer à DCS um comprovante, como uma declaração juramentada da agência de assistência pública do outro estado ou uma cópia autenticada dos registros do auxílio. A DCS pode cobrar a taxa até que eu forneça a comprovação.**
2. Se a DCS encaminhar meu caso a outro estado para execução, esse estado poderá cobrar uma taxa por um serviço específico. O outro estado pode recolher as taxas retendo uma parte da arrecadação do auxílio-família.
3. A DCS precisará informar meu nome e o(s) nome(s) de minha(s) criança(s) ao pai/mãe que não detém a custódia.
4. Devo fornecer à DCS meu número de Previdência Social. A DCS usará o número para fins de execução de auxílio-família, conforme definido no Título IV-D da lei de Previdência Social.
5. A DCS não pode arrecadar dívidas de auxílio-família proibidas pelo estatuto das limitações.
6. A DCS não pode exigir que uma tribo indígena, uma empresa pertencente a uma tribo ou uma empresa pertencente a índios localizada em uma reserva deduza o auxílio-família de rendimentos pagos a um pai/mãe que não detém a custódia. Se uma tribo e a DCS tiverem um acordo para isso, a DCS solicitará à tribo que execute meu pedido de auxílio-família.
7. A DCS dará entrada em meu pedido de auxílio-família no Registro de Pensões do Estado de Washington (WSSR).
8. Se eu tiver uma ordem judicial que obrigue o pai/mãe que não detém a custódia a pagar auxílio-família por meio do WSSR, meu caso permanecerá no WSSR até que a corte libere meu pedido.
9. A DCS distribuirá as quantias arrecadadas do auxílio-família de meu caso conforme o exigido pela lei estadual e federal. A DCS irá:
 - a. Atribuir o auxílio-família atual ao mês em que é recebido.
 - b. Enviar-me o auxílio-família atual. (Se o pai/mãe que não detém a custódia tiver mais de um pedido de auxílio-família e se uma quantia arrecadada não cobrir todos os pedidos de auxílio-família, a DCS dividirá a quantia arrecadada proporcionalmente entre os casos.)
 - c. Reter o pagamento de uma taxa anual de US\$ 25,00 (entre 1º de outubro e 30 de setembro), caso eu nunca tenha recebido fundos de AFDC, TANF ou TANF Tribal como detentor da guarda de crianças menores, depois que US\$ 500,00 de auxílio-família tiverem sido desembolsados para mim, em um ano, referente ao caso.
 - d. Atribuir pagamentos obtidos por cobrança que excedam o auxílio-família atual de um mês a auxílios vencidos (se houver).
 - e. Se eu tiver recebido TANF ou AFDC no passado, a DCS distribuirá o auxílio-família vencido (exceto pagamentos da Receita Federal (Internal Revenue Service, IRS) como a seguir:
 - (1) Primeiro, para quaisquer pagamentos de auxílio atrasados devidos a mim que nunca tenham sido atribuídos ao estado.
 - (2) Segundo, para quaisquer pagamentos de auxílio atrasados que tenham sido temporariamente atribuídos ao estado.
 - (3) Terceiro, para quaisquer pagamentos de auxílio atrasados devidos à minha pessoa para o pagamento de assistência médica para minha(s) criança(s).
 - (4) Quarto, para quaisquer pagamentos de auxílio atrasados que tenham sido permanentemente atribuídos ao estado por meio de acordo de assistência pública.
 - (5) Quinto, para qualquer pagamento de assistência médica atribuído ao estado.

10. Os pagamentos recebidos da Receita Federal (IRS) são sempre aplicados a pagamentos de auxílio atrasados. Os pagamentos recebidos da Receita Federal são distribuídos na ordem a seguir.
 - a) Primeiro, para pagamentos de auxílio financeiro atrasados que tenham sido permanentemente atribuídos.
 - b) Segundo, para pagamentos de auxílio financeiro atrasados que tenham sido temporariamente atribuídos.
 - c) Terceiro, para pagamentos de assistência médica atrasados que tenham sido permanentemente atribuídos.
 - d) Quarto, para quaisquer pagamentos de auxílio devidos que nunca tenham sido atribuídos ao estado.
11. O WAC-388-14A-2037 explica pagamentos em mora permanentemente atribuídos. O WAC 388-14A-2038 explica pagamentos em mora temporariamente atribuídos.
12. Devo devolver o dinheiro que a DCS pagou a mim se:
 - a. A DCS me enviar dinheiro incorretamente.
 - b. A DCS me enviar mais dinheiro do que aquele pago à DCS pelo pai/mãe que não detém a custódia.
13. O Capítulo 74.20A do RCW permite à DCS recuperar pagamentos a maior feitos a mim. Isso se aplicará mesmo depois que eu deixar de receber pagamentos de auxílio por meio da DCS. A DCS pode fazer isso:
 - a. Retendo 10% de todos os pagamentos do auxílio atual.
 - b. Retendo todos os pagamentos de auxílio vencido.
 - c. Enviando a meu empregador ou a outra pessoa ou organização que controle ativos para mim um aviso de **Desconto nos rendimentos para auxílio**. Essa solicitação/aviso obriga meu empregador ou outra pessoa ou organização a descontar de meus vencimentos, rendimentos ou ativos o pagamento a maior.
 - d. Penhorando meus bens pessoais e reais.
 - e. Usando qualquer medida de arrecadação pela DCS disponível nos capítulos 26.09, 26.18, 26.23 e 74.20 do RCW.
14. O Capítulo 26.23.110 do RCW permite à DCS cobrar de mim despesas médicas não-reembolsadas (inclusive reembolso parcial, deduções e prêmios de seguros conforme definido em WAC 388-14A-1020) incorridas em nome da(s) criança(s) em determinadas circunstâncias. A DCS pode fazer isso:
 - a. Reduzindo o valor devido a mim.
 - b. Reduzindo qualquer auxílio atual devido a mim em não mais do que 50% a cada mês, durante um ano ou menos.
 - c. Abrindo um novo caso de arrecadação contra mim e usando qualquer medida de arrecadação pela DCS, exceto suspensão de licença.
15. Se meu pedido de auxílio me obriga a fornecer cobertura de seguro de saúde, a DCS pode executar essa exigência caso o pai/mãe que não detém a custódia o solicite. A medida de execução pode incluir a determinação de uma obrigação de pagamento para cobrir os pagamentos mensais de assistência médica, que não deve ser maior que 25% das minhas obrigações básicas de auxílio conforme mostrado nas planilhas na minha decisão de auxílio-família.
16. A DCS não representa a mim nem à outra parte de meu pedido de auxílio-família. Para proteger meus interesses, devo participar de todas as audiências ou sessões na corte sobre meu pedido de auxílio-família. Se eu não comparecer a uma audiência, um juiz administrativo poderá acatar algumas solicitações feitas pela DCS ou pela outra parte de meu pedido de auxílio sem que eu seja notificado.
17. A DCS pode depositar meus pagamentos de auxílio diretamente em minha conta bancária por meio de transferência eletrônica de fundos (EFT). **Caso eu não autorize o depósito direto, a DCS automaticamente me enviará um cartão de débito Visa, chamado cartão de débito DCS.** Se a DCS me inscrever no programa cartão de débito DCS, ela depositará meus pagamentos de auxílio no cartão em vez de depositá-los em minha conta bancária. Na maioria dos casos, os pagamentos de auxílio estarão disponíveis em minha conta bancária ou em meu cartão de débito DCS no prazo de três dias úteis depois de a DCS atribuí-los ao caso. O cartão de débito DCS pode ser usado qualquer lugar no qual a bandeira VISA é aceita ou em caixas automáticos. Para obter mais informações sobre pagamentos eletrônicos ou conhecer minhas outras opções de recebimento de pagamentos ligando para 800-468-7422 ou online, em www.dshs.wa.gov/dcs.
18. A DCS pode me enviar notificações por escrito via correspondência expressa. A DCS pode enviar essas notificações para meu último endereço conhecido.

Eu concordo em:

1. Enviar à DCS todos os pagamentos de auxílio que receba de qualquer fonte que não seja a DCS. Devo enviar os pagamentos à DCS no prazo de oito dias.
2. Informar imediatamente à DCS se minha(s) criança(s) receber(em) da Administração da Previdência Social ou da Secretaria do Trabalho benefícios a dependentes (em nome do pai/mãe que não detém a custódia). O recebimento de benefício a dependentes pode afetar o valor do auxílio-família que deve ser pago pelo pai/mãe que não detém a custódia
3. Informar à DCS caso eu solicite a outra pessoa ou agência que arrecade o auxílio-família para mim.
4. Informar à DCS se meu endereço ou o de minha(s) criança(s) for alterado.
5. Enviar à DCS cópias de todos os pedidos de auxílio-família que alterem as condições do auxílio ou a custódia da(s) criança(s) cadastrada(s) em meu caso.

Se tiver alguma pergunta, entre em contato com:

DIVISÃO DE AUXÍLIO-FAMÍLIA

PO BOX 11520

TACOMA WA 98411-5520

Dentro da área de chamada _____

Fora da área de chamada _____

Os serviços TTY/TDD estão disponíveis para portadores de deficiências de fala ou de audição.

Visite nosso site em: www.dshs.wa.gov/dcs

Nenhuma pessoa será discriminada devido a raça, cor, origem, credo, religião, sexo, idade ou deficiência em relação a emprego, serviços ou qualquer aspecto das atividades do programa. Este formulário está disponível em formatos alternativos mediante solicitação.